

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputado Pedro do Carmo

ASSUNTO: Requerimento para Audição com carácter de urgência à Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação para prestação de esclarecimentos sobre a execução dos fundos PDR2020

Exmo. Sr. Presidente,

A 20 de janeiro de 2023, ao jornal “Nascer do SOL”, Luís Mira, Secretário-Geral da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, concedeu ao mencionado órgão de comunicação social uma entrevista onde teve oportunidade de dissertar sobre o preocupante momento que a agricultura portuguesa atravessa pelo completo desnorte político em que está mergulhado o sector e o ministério que o tutela, para lá de transmitir várias preocupações e receios sobre o futuro da actividade, mantendo-se o caminho até agora trilhado.

Na entrevista acima mencionada, fica bem claro o descontentamento e desânimo que hoje invade e adjectiva os agricultores portugueses, estado de espírito este que não é de agora, ainda que esteja a ser neste momento, pela presença das manifestações que se sucedem por todo o país e outras tantas que estão marcadas, a ganhar expressão mais visível e corpórea.

Das várias críticas expressas nas páginas da publicação, uma das que mais deve preocupar o país é o alerta de manifesta incapacidade por parte do Governo em executar os fundos comunitários afectos ao sector agrícola, fundos estes que representam um valor total de 1100 milhões de euros anuais pela presença da PAC – Política Agrícola Comum.

Os fundos em causa são elemento fundamental, senão mesmo vital, para a viabilidade do sector agrícola, enquanto mecanismo compensatório sobre o rendimento aos agricultores, mas tendo também reflexos positivos no dia-a-dia-dos consumidores na medida em que lhes permite pagarem menos pelos produtos agrícolas que adquiram.

Contudo, segundo as palavras do Secretário-Geral da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal na entrevista a que vimos aludindo, faz o mesmo menção a que, e cita-se: “Ora, se

não existir um Ministério da Agricultura com capacidade para executar esses fundos isso é mau para o sector. Chegámos a um ponto que nunca se verificou desde que entrámos em 1986 para a União Europeia e já vamos no sétimo quadro comunitário de apoio. O quadro que terminou, digo que terminou porque começou outro. O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) teve início em 2014 e o seu término em 2020, mas como houve a pandemia prolongou-se até 2022. Além desse período, alguns dos países com maiores dificuldades orçamentais têm mais três anos para fechar o programa. Mas estes três anos já estão em sobreposição com o seguinte, que já arrancou em janeiro. O que acontece? Terminámos este programa, que devia ter acabado normalmente em 2020, em 2022, com 1300 milhões de euros por executar, num total de 5,7 mil milhões de euros. Para facilitar as contas falta executar 24% do programa”

Perante estas declarações que espelham o entendimento de que o Ministério Da Agricultura não é hoje mais que o espelho da incapacidade e incompetência da governação socialista, importa que a Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação preste esclarecimentos à Assembleia da República, com carácter de urgência, quanto ao conteúdo das afirmações acima citadas, sobretudo quando é sabido que os países que não executem as verbas, perdem-nas, e Portugal não se encontra em condições de perder verbas em qualquer sector, mas muito particularmente no sector agrícola.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição urgente à Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação para prestação de esclarecimentos sobre a execução dos fundos PDR2020.

Palácio de São Bento, 09 de fevereiro de 2023

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Frazão